



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 10880.953409/2010-04
Recurso Voluntário
Acórdão nº **3301-009.065 – 3ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária**
Sessão de 22 de outubro de 2020
Recorrente JHS F INCORPORAÇÕES S.A.
Interessado FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA
SEGURIDADE SOCIAL (COFINS)**

Período de apuração: 01/07/2005 a 31/07/2005

DIREITO CREDITÓRIO. COMPROVAÇÃO

Não deve ser acatado o crédito cuja legitimidade não foi comprovada.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário.

(assinado digitalmente)

Liziane Angelotti Meira - Presidente

(assinado digitalmente)

Marcelo Costa Marques d'Oliveira - Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Ari Vendramini, Marcelo Costa Marques d'Oliveira, Marco Antonio Marinho Nunes, Salvador Cândido Brandão Junior, Marcos Roberto da Silva (Suplente convocado), Semíramis de Oliveira Duro, Breno do Carmo Moreira Vieira e Liziane Angelotti Meira (Presidente).

Relatório

Adoto o relatório da decisão de primeira instância:

“Trata o presente processo de Declaração de Compensação - DCOMP nº 38416.85949.310107.1.3.04-5200, fls. 05/09, através da qual o interessado pretende compensar crédito no montante de R\$ 2.852,47 (crédito original na data da transmissão), decorrente de pagamento indevido ou maior de COFINS, código 2172, recolhido através de DARF em 15/08/2005, referente ao período de apuração 31/07/2005, com débito no valor (principal) de R\$ 3.448,35 de IRPJ-PJ — código 5993-01.

Cabe observar que consta nesta DCOMP como "Valor Original do Crédito Inicial " o montante de R\$ 2.852,47 , estando zerado o "Saldo do Crédito Original", após utilização nesta DCOMP.

Em 05/10/2010, após análise da DCOMP de forma eletrônica pelo sistema de processamento da Receita Federal do Brasil — RFB, foi emitido despacho decisório de não homologação da compensação, uma vez que embora localizado o pagamento do DARF indicado no PER/DCOMP, os créditos foram integralmente utilizados para quitação de débitos do Contribuinte. Ou seja, o DARF de R\$ 627.750,03, recolhido em 15/08/2005, estava integralmente alocado ao débito de COFINS, declarado para o período de apuração de 31/07/2005.

Cientificado do Despacho Decisório, em 13/10/2010, o contribuinte apresentou, tempestivamente, manifestação de inconformidade às fls. 10/11, acompanhada de cópias do Despacho Decisório e anexos, da tela dos dados cadastrais da DCTF de 02/2005, do Recibo de Entrega do Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (DACON) relativo ao 3º e 4º trimestre de 2005, do recibo de entrega da DCTF Retificadora relativa ao 2º semestre/2005, enviada em 28/10/2010, de documentos pessoais do sócio, do Estatuto Social Consolidado de 13/10/2010, do cartão do CNPJ, e de telas de Comprovantes de Arrecadação, fls. 12/36, alegando, após um breve relato dos fatos, que:

A compensação declarada no referido PER/DCOMP não foi homologada por insuficiência de crédito. Entretanto, a manifestante observou que o valor do débito relativo ao COFINS competente ao 2º semestre de 2005 foi declarado incorretamente na DCTF 2005, Ano Calendário 2005. Para a correta identificação do valor do crédito efetuou a devida retificação da DCTF relativa ao 2º semestre de 2005, em 28/10/2010, corrigindo o valor do débito incorretamente declarado do COFINS, alterando-o de R\$ 630.839,96 para R\$ 627.750,03.

Dessa forma, após a retificação efetuada verifica-se a existência do crédito declarado na referida PER/DCOMP. Relaciona, às fls. 11, os documentos por ela anexados à impugnação.

Do Pedido

À vista do exposto, demonstrada a insubsistência e improcedência total do lançamento, requer que seja acolhida a presente impugnação.

É o relatório.”

Em 06/12/11, a DRJ julgou a manifestação de inconformidade improcedente e o Acórdão nº 16-35.069 foi assim ementado:

“ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

Data do fato gerador: 15/08/2005

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO (DCOMP). PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR. DIREITO CREDITÓRIO NÃO RECONHECIDO. DCTF. ERRO DE PREENCHIMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO EM DOCUMENTAÇÃO IDÔNEA.

Considera-se confissão de dívida os débitos declarados em DCTF, motivo pelo qual qualquer alegação de erro no seu preenchimento deve vir acompanhada de declaração retificadora munida de documentos idôneos para justificar as alterações realizadas no valor dos tributos devidos.

Não apresentada a escrituração contábil, nem outra documentação hábil e suficiente, que justifique a alteração dos valores registrados em DCTF, demonstrando a liquidez e certeza do crédito, se mantém a decisão proferida, sem o reconhecimento de direito creditório.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido”

O contribuinte interpôs recurso voluntário, em que repete os argumentos apresentados na manifestação de inconformidade, adiciona preliminar, em que contesta o fato de o direito creditório ter sido negado, por ausência de provas, sem, contudo, ter sido dada oportunidade de apresentá-las, e junta documentos para comprovar a legitimidade do crédito.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Marcelo Costa Marques d'Oliveira, Relator.

O recurso voluntário preenche os requisitos legais de admissibilidade e deve ser conhecido.

Trata-se da não homologação da compensação (PER/DCOMP, fls. 05 a 09), porque, de acordo com os registros da RFB, o crédito (COFINS do PA julho de 2005, pago em 15/08/05) foi originado por DARF integralmente vinculado a débito confessado.

Em primeira instância, alegou que retificou a DCTF, para alterar o valor devido da COFINS de julho de 2005 de R\$ 630.839,96 para R\$ 627.750,03, com o que estaria comprovado que dispunha do crédito de R\$ 2.852,47 indicado no PER/DCOMP.

Com efeito, o PER/DCOMP (fls. 05 a 09) foi transmitido em 31/01/07, o Despacho Decisório (fl. 01) foi emitido em 05/10/10 e a retificação da DCTF (fl. 16) ocorreu em 28/10/10.

A DRJ não acatou o crédito, por falta de apresentação de documentos que comprovassem a origem do crédito, notadamente Livros Diário e Razão e documentos que lhes dão sustentação, não se mostrando suficiente a retificação da DCTF. Fundamentou a decisão no art. 170 do CTN.

E destacou que o ônus de comprovar a legitimidade do crédito é do contribuinte, com base no art. 15 e inciso III e § 4º do art. 16 do Decreto nº 70.235/72 e art. 333 do Antigo CPC (art. 373 do Novo CPC).

Em segunda instância, alega que o cerne da questão não foi analisado pela DRJ, que negou-lhe o direito, em razão da falta de provas e não lhe proveu da oportunidade de apresentá-las. E que adotou como fundamento o fenômeno da preclusão processual.

E que tal postura viola os Princípios da Eficiência e da Legalidade e que a manutenção da decisão recorrida afronta o Princípio da Isonomia Tributária, pois lhe são negados direitos à disposição dos demais contribuintes.

Reitera que o crédito existe, podendo ser confirmado por meio da retificação da DCTF e dos documentos que encaminhou juntamente com o recurso voluntário, quais sejam:

- a) cópias da DIPJ de 2005, comprovando que estava submetida ao lucro presumido, pelo que apurou e pagou o PIS e a COFINS sob o regime cumulativo;
- b) comprovantes de pagamento da COFINS;
- c) cópia do razão da conta COFINS a recolher, em que constam os lançamentos do correto valor devido e os pagamentos; e

- d) demonstrativo da base de cálculo da COFINS de julho de 2005, em que apura o correto valor devido, compara-o com o pago e chega ao crédito indicado no PER/DCOMP.

Cita dois precedentes judiciais, em que foi admitida a compensação, em situações em que foram necessárias retificações dos PER/DCOMP e DCTF inicialmente apresentados.

Por fim, aduz que a DRJ, apesar de admitir que a DCTF foi retificada, de “forma velada e imprecisa” e “por circunstâncias alheias ao conhecimento da recorrente”, decidiu por indeferir o pleito.

Não assiste razão à recorrente.

Segundo a recorrente, a DRJ teria negado o direito ao crédito, por falta de documentação suporte, porém não teria lhe dado oportunidade de apresentá-lo.

O inciso III do art. 16 do Decreto n.º 70.235/72 dispõe que

“Art. 16. A impugnação mencionará:

(..)

III - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta, os pontos de discordância e as razões e provas que possuir; (Redação dada pela Lei n.º 8.748, de 1993)

(. . .)

§ 4º A prova documental será apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual, a menos que: (Incluído pela Lei n.º 9.532, de 1997)

a) fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna, por motivo de força maior; (Incluído pela Lei n.º 9.532, de 1997)

b) refira-se a fato ou a direito superveniente; (Incluído pela Lei n.º 9.532, de 1997)

c) destine-se a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidos aos autos. (Incluído pela Lei n.º 9.532, de 1997)

(. . .)” (g.n.)

Assim, não cabe à DRJ oportunizar ou não a apresentação de provas.

É sim dever da recorrente apresentá-las, para fundamentar seus argumentos, e já na primeira instância, sob pena de precluir o direito de fazê-lo em segunda instância.

Ademais, a decisão recorrida reconheceu que a DCTF original foi retificada. Contudo, julgou que não era suficiente para a comprovação da legitimidade do crédito. Para tanto, teria de ter apresentado os livros contábeis e a correspondente documentação suporte. E apresentou como fundamentação legal o art. 170 do CTN, que dispõe sobre a necessidade de se demonstrar a liquidez e certeza do crédito, para que se possa efetivar a compensação.

E destacou ainda que o contribuinte tem o ônus de apresentar as provas, nos termos do art. 15 e inciso III e § 4º do art. 16 do Decreto n.º 70.235/72 e art. 333 do Antigo CPC (art. 373 do Novo CPC).

Portanto, considero absolutamente hígida a decisão de primeira instância.

Quanto ao mérito da questão, ratifico a decisão recorrida.

Para a comprovação do crédito, teria de ter apresentado o balancete do mês de julho de 2005, devidamente conciliado com a base de cálculo da COFINS que foi carreada aos autos.

Sem a apresentação da correspondência da base tributável com a escrituração contábil, não é possível obter o reconhecimento do crédito.

Portanto, nego provimento ao recurso voluntário.

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

Marcelo Costa Marques d'Oliveira